

★ DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: INFLUÊNCIA NO PROCESSO CRIATIVO DO ALUNO- ARTISTA

Fabíola Ataíde

É cantora, atriz e diretora. Formada em Comunicação Social e Licenciatura em Teatro (ambas pela UFPB). Especialista em Arte-Educação (CINTEP). Mestre em Artes da Cena, pela Escola Superior em Artes Célia Helena – SP, com a pesquisa “Agreste: bora dizer esse texto pro mundo”.

Produtora Cultural do Núcleo de Teatro Universitário – NTU – UFPB.

Atualmente, apresenta-se com o monólogo *Agreste*, do autor Newton Moreno, em projetos culturais; e está dirigindo e atuando no espetáculo *Navalha na carne*, de Plínio Marcos, com previsão de estreia para 2025.

Resumo: Este artigo versa sobre as temáticas diversidade, ensino e políticas públicas, entrelaçadas com o fazer teatral. Nos últimos anos, a diversidade tem sido um assunto muito debatido e é pertinente apresentar reflexões no tocante ao tema, enfatizando o acesso à Educação por meio de conteúdos programáticos que tragam o reconhecimento dos saberes do aluno-artista. O estudo se relacionou com o processo criativo da montagem do espetáculo *Agreste*. Conclui-se com a reflexão de que não há como tratar do assunto sem antes planejar políticas que sejam inseridas na prática do saber e fazer artístico.

Palavras-chave: Diversidade; Educação; Políticas Públicas; Processos Artísticos; Teatro

Resumen: Este artículo trata sobre los temas de diversidad, educación y políticas públicas, entrelazados con la práctica teatral. En los últimos años, la diversidad ha sido un tema muy debatido y es pertinente presentar reflexiones sobre el tema, enfatizando el acceso a la Educación a través de planes de estudio que traigan el reconocimiento de los conocimientos del estudiante-artista. La investigación estuvo relacionada con el proceso creativo al montar el espectáculo *Agreste*. Se concluye con la reflexión de que no hay forma de abordar el tema sin antes planificar políticas que se inserten en la práctica del saber y hacer artístico.

Palabras clave: Diversidad; Educación; Políticas Públicas; Procesos Artísticos; Teatro

Introdução

O Brasil é um país atravessado pela diversidade. Isso inclui a tonalidade da pele, o gênero, o tipo de cabelo, a altura, a personalidade, o nível de escolaridade, da profissão, da condição social, entre outras características (Heilborn *et al.*, 2005). Todavia, essas diferenças não estão representadas nos setores sociais ou, como bem pontua Bourdieu (2010), são de dimensão simbólica e inconsciente, mas elas não deixam de afetar os setores sociais, na prática.

No país, a diversidade tem sido um tema bastante discutido em estudos de políticas públicas para a educação. A palavra possui uma conotação ampla, abarcando concepções de multiplicidade e de variedade. Com o avanço da tecnologia, da globalização e de questões econômicas, esse debate vem ocupando um espaço relevante, uma vez que, com o advento da Internet, as fronteiras diminuíram e se propagaram ideias plurais de visões de mundo.

Falar em diversidade nos incita outros termos como: plural, diferente, múltiplo, etc. A pauta sobre essa questão, atualmente, ao mesmo tempo que avança devido a um maior acesso das pessoas à informação, também guarda prospecção muitas vezes discordantes entre pesquisadores e a sociedade que recebe dissemelhantes idealizações. De fato, é um turbilhão de opiniões, até para os que lutam do mesmo lado contra o preconceito. A ampliação do debate torna-se necessária, principalmente quando o assunto é sustentado através de políticas públicas no acesso e na garantia de indivíduos ao ensino.

O Estado tem obrigação de promover diálogo e garantir o acesso à educação que nos favoreça a inclusão. E nos governos brasileiros as mudanças têm se alçado, a exemplo da LDB1, sobre os componentes curriculares que devem abordar: a inserção do teatro, produções artísticas nacionais e temas que reconheçam diferentes culturas e etnias, além de assuntos que envolvam os direitos humanos. No meu entendimento, considero a LDB como um instrumento de política pública que fomenta a diversidade no ensino.

Agora, permitam me apresentar. Eu sou atriz, cantora e educadora. Falo do lugar híbrido entre esses universos. Não penso arte sem pensar educação, e é o que tenho buscado como pesquisadora. Reconheço Boaventura de Souza Santos e Paulo Freire no processo de minha montagem teatral de *Agreste2*, do

autor Newton Moreno.

Então, aqui discorro sobre essas associações que fiz. Nesse conjunto de territórios, perguntei-me como construir a minha voz entrelaçando meu objeto de estudo, *Agreste*, e os conteúdos estudados. Acredito ser importante que o pesquisador traga a sua vivência no processo de construção investigativo e artístico, construindo sua assinatura de artista-pesquisador e esculpindo sua obra artesanalmente: dia após dia, elemento após elemento.

Neste trabalho, parto da hipótese que a temática da diversidade é inerente ao texto *Agreste* e a montagem que realizei. O tema tem mobilizado discussões que são importantes trazer à tona porque, antes de qualquer projeção social, existem caminhos que levaram às defesas, às lutas por igualdade. Esses aspectos sobre pluralidade também envolvem a diversidade no ensino.

A diversidade e a busca por igualdade

A busca pela igualdade pode ser considerada uma prática emancipatória, pois grupos sociais atuam na combinação de perspectivas que articulam reivindicações para a justiça social. Ela só existe porque indivíduos são tratados com diferenças e idealizados por meio de perspectivas dominantes e, mesmo existindo leis que tentem garantir esse equilíbrio, a sociedade ainda assim vive na busca por equidade, através de políticas públicas.

No artigo *Políticas públicas para a diversidade*, Nilma Gomes (2017) destaca nuances que viabilizam essas buscas. A autora enfatiza que movimentos sociais de diversas origens passam a usar tecnologias digitais, criando redes sociais para chamar a atenção das autoridades públicas e para disseminação de ideias, com vista a pressionar governos para a implantação de políticas públicas. Afirmo que esses setores “[...] são responsáveis por uma inflexão no campo das políticas públicas. Eles reivindicaram e reivindicam políticas públicas voltadas para a diversidade” (Gomes, 2017, p. 9).

É importante perceber que a autora coloca que a diversidade tem sido utilizada como nomenclatura para diversas maneiras de ser diferente, e observa que, na atualidade, estamos atravessando um contexto permeado por práticas abusivas e de intolerância, caracterizadas pela xenofobia, machismo, racismo

e segregações. Diante desse cenário de desigualdades, apresentadas de modo intenso pela propagação de informações com maior acesso por conta da tecnologia, discussões sobre a diversidade têm se fortalecido no mundo.

Esse contato mais próximo entre os indivíduos refletiu na circulação de ideologias e posturas de pensamento. E a diversidade é um tema colocado em pauta por grupos sociais que têm como objetivo ocupar um espaço emancipatório, tornando-se protagonista nas relações políticas e sociais. Através de eventos, a exemplo do Fórum Social Mundial, coletivos tem exercido a participação no enfrentamento desse desequilíbrio de oportunidades, e o ensino é um dos problemas, pois, apesar do emprego de ações afirmativas, ainda não há o acesso para todos.

Tudo isso faz com que compreendamos que o mundo não somente é desigual, mas também é diverso. E como a diversidade pode ser transformada em inferioridade e tratada de forma desigual no contexto das relações, disputas de poder e do jogo de interesses diversos []. Somos, hoje, quer queiramos ou não, obrigados a ver o outro, o diferente, não somente na sua diferença, mas, principalmente, reivindicando o direito à sua diferença e ao mesmo tempo a igualdade de direitos, aos direitos humanos (Gomes, 2017, p. 3).

Na busca pela compreensão da diversidade, é pertinente explicar sobre a ideia de reconhecimento, apresentada por Charles Taylor no livro *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento* (1998). A partir da identidade, ou seja, de como nos definimos no mundo, das nossas características fundamentais que fazem parte da construção do ser humano, o reconhecimento da existência do outro é importante, visto que, de forma incorreta, através da depreciação, prejudicará uma pessoa ou grupo no convívio com a sociedade.

A tese consiste no fato de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas [] serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitativa,

de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe (Taylor, 1998, p. 45).

Relacionando essa perspectiva, percebo a importância discutida por Gomes (2017) o qual reforça que as lutas sociais têm combatido, com resistência, as estratégias que impedem a diversidade, a exemplos da exploração do capitalismo e do fundamentalismo político e religioso. A intolerância é estrutural e pode ser concebida como um retrocesso. Taylor (1998) observa que as organizações, relacionadas a movimentos ou não, levantam bandeiras emancipatórias, na reivindicação de políticas públicas voltadas às questões de gênero, cor, raça, entre outras.

A igualdade no ensino por meio de políticas públicas – LDB como referência

As instituições de ensino não podem ser consideradas como espaços neutros, que atendam apenas de forma mercadológica aos interesses de corporações direcionadas ao consumidor ou à elite da sociedade. A igualdade no acesso ao ensino é um aspecto que precisa ser discutido e o ambiente do campus universitário é o lugar para fazê-lo, proporcionando aos estudantes a possibilidade de se tornarem agentes de sua história e cidadãos autônomos em seu saber e escolhas.

No vídeo *Universidade no século XXI: desafios ao planejamento, à gestão e à avaliação*, realizado em 2016, para o II Congresso Acadêmico Unifesp, o professor Boaventura de Souza Santos refletiu sobre o currículo e expôs a falta de diversidade histórica em seu conteúdo, ou seja, há a permanência da supremacia branca nas bibliografias: são considerados heróis os traficantes de escravos, os responsáveis por genocídios, entre outros; Boaventura coloca que indígenas e negros não se sentem representados e acrescento que, quando são, ocorre de maneira negativa.

Em meu entendimento, creio que essa conduta persiste. Recordo-me, na época de estudante do ensino fundamental, que nos livros estudados, havia autores que denominavam os indígenas de “preguiçosos”. Também relaciono o problema

do conteúdo com a obra do educador Tomaz Tadeu da Silva, *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2011). O autor questiona sobre a participação de mulheres, negros e indígenas na História e sinto essa inquietação: será que nenhum deles, durante séculos, teve um papel relevante? Penso que o currículo ofertado possui interesses em manipular as informações, levando-nos a aceitá-las sem senso crítico.

Ademais, o avanço da igualdade tem sido impedido pela existência de classes políticas dominantes que propagam ideologias conservadoras e preconceituosas, imprimindo o autoritarismo e a opressão. Através de ações afirmativas que assegurem o acesso ao ensino para todos, a escola e a universidade consolidam a igualdade, cumprem sua missão social e formam indivíduos que se respeitam mutuamente, além de desnaturalizar práticas violentas e preconceituosas ainda utilizadas, pois alguns persistem em acreditar que o ingresso ao estudo só é permitido para aqueles com maior poder aquisitivo, como se fosse um privilégio.

No artigo *Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?* (2013), o autor Mário Luiz Neves de Azevedo analisa as conexões entre igualdade e justiça social, ressaltando que ambas contribuem na construção de políticas públicas, proporcionando valores fundamentais na sociedade, tais como matizes humanísticas. Observa, inclusive, que a implementação de políticas de igualdade contribui para a melhoria de uma sociedade em todos os campos, visto que rompe as barreiras estabelecidas pelo capitalismo.

[] igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista (Azevedo, 2013, p. 131).

Outro fator que dialoga com Azevedo refere-se a um problema que repercute na igualdade e pode ser analisado no artigo *Globalização e neoliberalismo* (1998), onde Octavio Ianni observa que a globalização vem exercendo influência sobre as pessoas

e abalando o cenário cultural e econômico. O pesquisador classifica este panorama como um mapa mundial movediço uma vez que todos estão desafiados a reavaliar seus pensamentos e práticas, devido ao abalo das formas de sociabilidade aparentemente estabelecidas.

Ianni acredita que a globalização se tornou uma problemática que afetou a população mundial, seja por aqueles que a negam ou a reconhecem. As nações também são impactadas, em especial às subdesenvolvidas, que não conseguem acompanhar os avanços da tecnologia e dos modos de produção, trazendo um desenvolvimento que o autor define como desigual.

Diante desses apontamentos expostos pelos autores, é notável a necessidade de políticas públicas que envolvam todas as camadas sociais no ensino, pois as ações de inclusão favorecem a democratização do conhecimento. Reivindicar por essas medidas, a exemplo da implantação de conteúdos que abordem a diversidade, fomentam a igualdade no acesso e permanência, além da educação a serviço de todos, atendendo também aqueles que são discriminados e excluídos.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), surge como uma referência na atuação de política pública, pois fomenta a diversidade de conteúdos programáticos no ensino, em especial no artigo 26 (incisos 6, 8 e 9)3, que explanam sobre os componentes curriculares, na inserção do teatro, produções artísticas nacionais e temas que reconheçam diferentes culturas e etnias, além de assuntos que abordem os direitos humanos.

Essa parte da Lei, no meu entendimento, entra em confluência com as reflexões de Santos que apontam caminhos para a ampliação da pluralidade de conteúdos, consistindo no emprego da “ecologia dos saberes”. O termo se refere à aproximação da universidade com o povo, na troca de conhecimentos. A instituição não pode ser um espaço fechado para os saberes, ela precisa aprofundar alianças com as camadas mais populares. Além disso, o aprendizado extracurricular não deve ser ignorado: o conhecimento de mundo tem sua importância e a academia ainda o desconsidera.

Costumo, em minhas reflexões, realizar a comparação das vivências de um médico obstetra e de uma parteira: ela não fez uma faculdade nem possui uma linguagem dos procedimentos, mas sabe completamente como realizá-los. A universidade não

precisa ser vista como um lugar distante ao acesso pela comunidade, e esta deve concebê-la como parte integrante da sua vida. Santos, inclusive, reforça a expressão “extensão ao contrário”, que consiste na inclusão de conhecimentos não universitários nas práticas de aprendizagem, que desenvolverei neste trabalho, ao refletir sobre meu processo em *Agreste*.

O processo criativo de *Agreste*

Conforme mencionei, busco neste artigo expandir as reflexões sobre minha vivência artística em *Agreste*, espetáculo que tenho apresentado desde o ano de 2017, resultante da disciplina do curso de Bacharelado em Teatro⁴. Cada ator teve sua experiência reconhecida, uma vez que o professor Everaldo Vasconcelos⁵, responsável pela encenação, considerou os alunos do curso como sujeitos do processo de pesquisa criativa que vivenciamos. A ideia do professor era que os alunos não se limitassem a meros receptores de comandos. De fato, houve um potente reconhecimento dos aprendizados extracurriculares dos discentes/atores, tais como: experiência do canto, saberes populares de uma região, prosódia.

Entrei na montagem, de início, como produtora, trabalhando na divulgação do espetáculo. Depois do cumprimento da disciplina, os atores optaram em prosseguir com as apresentações e um deles, por motivos de saúde, não pôde continuar. Como acompanhei os ensaios e concepção da peça desde o seu início, consegui substituí-lo, e a partir deste momento, aprendi com meus colegas a imergir neste universo cultural, através do conhecimento deles daquela realidade interiorana (pois dois deles viveram no interior da Paraíba). Nosso professor se colocou como integrante deste estudo, possibilitando a oportunidade de manifestarmos nossa criatividade.

No que se refere a Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1974), reflito que muitas relações educador-educando ainda têm o professor como a figura que possui o domínio do saber e os educandos como objetos pacientes, ouvintes. Durante muitos anos pude acompanhar esta prática na vida acadêmica, mas na disciplina conduzida pelo

professor Everaldo, o cenário diferiu, pois tanto o docente quanto os alunos se tornaram agentes da aprendizagem. Nossas experiências foram absorvidas na montagem e pudemos dialogar, trocando conhecimentos que cada um tinha no seu fazer artístico.

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. [...] Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação (Freire, 1974, p.65).

Agreste conta a história de um casal de lavradores que tinham uma vida pacata, até o velório do marido, quando se descobre um fato a partir do qual ambos passam a ser figuras hostilizadas pela sociedade. A dramaturgia aborda, dentre outros temas, a diversidade de gênero e a existência do preconceito. Na construção das cenas da nossa montagem, foram introduzidas as experiências plurais dos alunos. Posso citar o momento da cerimônia de sepultamento. Na dramaturgia de Newton Moreno, não há canções, contudo, o professor Everaldo, sabendo da minha experiência como cantora, sugeri que eu colocasse uma melodia que surgisse das nuances das palavras no texto, pois, aquela realidade do Sertão conta com rezadeiras e com temática de cantos que envolvem o enterro (comumente ocorridos nos ritos religiosos locais). Assim, eu traria para o espectador uma imersão sonora cultural daquele universo⁶.

Ainda nos ensaios, percebi o quanto é importante o olhar do professor atento às vivências pessoais de cada aluno do grupo. Por ter nascido e morado na capital, desconhecia experiências e tradições populares do Sertão, e a contribuição de dois alunos que estavam na montagem e que ali viveram, foram essenciais para que o espetáculo se tornasse mais intenso e verdadeiro. Eles me ensinaram o significado de expressões contidas na dramaturgia, aspectos culturais e prosódia. Assim,

o professor Everaldo tornou o processo coletivo e também absorveu saberes e costumes que o próprio desconhecia, ou seja, ele se tornou um aprendiz, na busca daqueles conhecimentos compartilhados dentro da diversidade dos alunos.

Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os outros homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. [...] Daí que tal forma de educação implique na superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos (Freire, 1974, p. 66 – 67).

Considerações finais

Muitos trabalhos, nos últimos anos, se dedicaram a tratar sobre a diversidade no ensino, contudo, a análise aqui trabalhada convida o leitor a refletir sobre os argumentos que levaram a pensá-la, envolvendo a aplicação de políticas públicas, com o foco na Lei de Diretrizes e Bases da Educação “LDB” como instrumento. Meu objetivo foi apresentar reflexões sobre a importância da diversidade na Educação, através da igualdade de acesso e reconhecimento de saberes no conteúdo programático, além de relacionar com minha experiência como aluna, na montagem do espetáculo *Agreste*.

A análise trouxe um mapeamento bibliográfico dos pontos de vista e de conexão entre autores ao expor, em suas pesquisas, que é necessária a prática do reconhecimento da diversidade no processo de aprendizagem e a consciência da sociedade em requerer seus direitos na busca pela equidade. Essas questões puderam ser observadas através de políticas implantadas por governos nos últimos anos.

Também observou-se a existência de hipóteses e argumentos que enfatizam os aspectos das lutas e que estão enraizadas através do contexto histórico. Logo, diante do que foi evidenciado, percebo que reivindicar pela diversidade é um ato que precisa ser permanente, tanto na Educação quanto nos diversos segmentos.

Atualmente, tive a oportunidade de rever minhas posições artísticas, ao considerar meus saberes na produção deste artigo, pois, durante o processo, fui conduzida a refletir sobre o meu olhar como pesquisadora e artista, ao questionar: “Onde está você nesta pesquisa? Quais são suas impressões no estudo?”, possibilitando-me caminhar com singularidade e abertura

para escolher como construir minhas reflexões.

De início houve um estranhamento, pois, durante muitos anos, possuía resquícios traumáticos de processos de aprendizagem da educação bancária, como explica Paulo Freire (1974), em que o professor domina o conhecimento e os alunos são receptores. Dar voz aos meus pensamentos e externar minhas opiniões, sem “adequá-las aos docentes ainda têm sido novos hábitos que estou vivenciando e com fruição. Por muitas vezes, essas condutas só consegui conhecê-las por meio de livros. Na prática, era o inverso.

Percebo, portanto, que tanto na montagem de *Agreste* quanto no decorrer desta pesquisa, que meu saber e experiência artística foram valorizados, e posso me classificar como agente dos meus estudos: mesmo sem encontrar todas as respostas, mas estando realizada e feliz com meu processo criativo de aluna-artista e agora, pesquisadora.

Referências

- AZEVEDO, M. L.N. **Igualdade e equidade**: qual é a medida da justiça social? Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013. Disponível em: <https://sigarq.ufpb.br/arquivos/2020103181fe9f24202982797aee086bb/08_Mrio_Luiz_Neves_de_Azevedo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GOMES, N. L. **Políticas públicas para a diversidade**. Sapere aude, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-22, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020196195c1522420304450122a053cc/15301-Texto_do_artigo-54845-1-10-20170722_Nilma_Lino_Gomes.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- HEILBORN, M. L. *et al.* **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- IANNI, O. **Globalização e neoliberalismo**. São Paulo em Perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020154046b99924203207e504005bcf6/v12n02_03_Otvio_Ianni.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- MORENO, N. **Agreste**. Informações encontradas em site: <http://joinville.ifsc.edu.br/~luciana.cesconetto/Textos%20teatrais/NEWTON%20MOREN%20-%20Agreste.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- SANTOS, B.S. Informações encontradas no site: <https://www.youtube.com/watch?v=58h2Nus9e2w>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo**: examinando a política do reconhecimento. Lisboa: Piaget, 1998.

Notas

1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), no que se refere ao artigo 26.

2 Disponível em: <http://joinville.ifsc.edu.br/~luciana.cesconetto/Textos%20teatrais/NEWTON%20MOREN%20-%20Agreste.pdf>

3 § 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016)

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Incluído pela Lei nº 13.006, de 2014)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (Redação dada pela Lei nº 14.164, de 2021)

4 Disciplina de Estágio Supervisionado – Prática de Montagem, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB

5 Prof. Ms. do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Teatro da Universidade Federal da Paraíba, diretor, ator e dramaturgo

6 Exemplo de trecho (do espetáculo *Agreste*) para o qual construí uma melodia cantada: “As vizinhas foram adentrando/ Vinham fazer quarto pro morto/ Já cantavam em suas casas e traziam seus cânticos no suspiro da noite/ Todas entoavam as melhores palavras de um parco vocabulário para defini-lo”.

Recebido em 13/06/2023.
Aprovado em 05/11/2024.